

*Carta do capitão-mor do Rio Grande do Norte,
Valentim Tavares Cabral, ao rei [D. Afonso VI] sobre o
estado de ruína da Fortaleza dos Reis Magos e a falta
de soldados, armas e munições.*

TRANSCRIÇÃO

Foi servido V. Mag^{de} servido mandou me governar esta [ilegível] capitania do Rio g^{de} vay em dous anos; nella achei a melhor Fortaleza que V. Mag^{de} [ilegível] parte da América como o mundo sabe que é esta [ilegível] mense ser perdida em breve tempo, pellas ruinas grandes que como é cada dia vaõ crescendo; o meu zello sendo grande não pode ser lhe bom: por repetidas vezes o representey ao conde VRey deste Estado, de palavra e por dous avizos, ultimamente por hum juiz desta Camera, que da Bahia foi desta cap^{nia}, mais de duzentas leogas; differio mal, pois applicou som^{te} a renda q V. Mag^{de} aqui tem, q he a dos dizimos; e esta he tão tenue, que depois q se principitou a reedificação desta praça, com a recuperação das deste Estado, não elegera 200 réis por hum anno, nem pode conseguirce nada com couza tão limitada. E menos se pode hoje obrar couza alguma, pois desta se assiste p^a o pão destas poucas praças; porque o governo de Pernambuco (por quebras que teve por seus particulares com o VRey) não quer acudir com couza nenhuma, avendo eu por duplicadas vezes pedido, dando por rezão, não ser este governo áquele subordinado., o que nunca fiz: circunstancias são estas snor. com que se mal serve a V. Mag^{de}. O G^{or} g.l que foi deste Estado, Francisco Barreto, mandou que daquella praça de Pernam^{co}. se mandasse p^a presidiar esta fortaleza 80 soldados, como sempre teve desde seu princípio, fora os officiais necessarios. Como Alferes da dita Fortaleza, Sargento, Ajudante, Condestável, com seus artilheiros (destes, tenho aqui somente dous com trinta peças) E que a estes se lhes assistisse com mantimentos; nada disto se faz hoje. Soldados, não tenho aqui mais de seis; couza incrível, que esteja sua Fortaleza como esta, com sô seis soldados quando 500 são poucos. E que ruim conta poderás de mim dar na guarda della, p o dezempenho de um preito e menagem q della tenho feito nas Reaes maos de V. Mag^{de} e obrigado minha cabeça. São esta capitania, e Fortaleza, he de [ilegível] e fronteira deste Estado, invadida esta por quais quer inimigos da Coroa [ilegível] sonde as mais; de mais de sé ela ser opprimidas como de [?falecer de missões?] de gentio bárbaro tragadores de carne [ilegível] q [ilegível] e desta [ilegível] a respovar moradores [3 linhas ilegíveis] tenho referido a V. Magestade deseis soldados (amanha não será [ilegível] artilheiros estes tenho sustentado a minha custa) sendo

pobre com acção do conduto, todo o tempo q aqui estou, deque e q estou empenhado em mais de 300 réis só assim de sua conservação; de aqui em diante não poderes fazello, porque nem o ordenado que V. Mag^{de} me faz m^{ce} por anno, se me paga. Imposivel se a conservação desta fortaleza sendo desta sorte socorrida. Pesso por serviço de V. Mag^{de} ao VRey responde me que repare como puder, visto que Pernan^{co}. não acode; V. Mag^{de} esteja no conhecimento desta verdade para que com efeito me mande socorrer com os 80 soldados (quando menos) destas praças de Pernan^{co}. destes effectivos deprisidio (como sempre foi) e com os mantim^{tos} necess^{rios} para sustento, ou efeitos p que aqui o Provedor da Fazenda lhos dê por minha ordem, e poupar p as suas fardas cada anno Carreltas e munições; E que se consigne algum dr^o p^a o conserto desta Fortaleza antes q de todo se arruine porque entã m^{ta} fazenda não bastaria oje com pouco q V. Mag^{de} me mande socorrer, a este limitoso rendimento dos Dizimos, se acha o meu zello capâz de obrar m^{to} no serviço de V. Mag^{de} de quem espero me dê ocaziaõ de o mostrar, acodindos se com o q pesso.

A Camara desta Cidade, por cauza sua pede a V. Mag^{de} o mesmo. Deos guarde a Catholica Real pessoa de VMagestade felicíssimos amos, como se dis vaçalos savemos mister.:
Cydade do Natal,e Rio Grande. 28 de junho de 1665.

Valentim Tavares Cabral.

Rio Grande 28 de Julho 1666

De Valentim Tavares Cabral

Avisa do miseravel [*ilegível*] em toda a Fortaleza [*ilegível*] sem [*ilegível*] soldados [*ilegível*] de Perna^{co}.

COMENTÁRIO

Defender e conquistar: apontamentos para a(s) história(s) dos militares na Capitania do Rio Grande (Século XVII)

Defend and conquer: notes to the history(s) of the military in the Captaincy of Rio Grande (17th Century)

Lívia Brenda da Silva Barbosa¹

Maiara Silva Araújo²

A interação entre os reinóis e colonos resultou na produção de diversos documentos que circularam no Ultramar nos séculos de conquista e colonização do Império Português³. A capitania do Rio Grande esteve inserida nessa rede de comunicação. Os envios, despachos e respostas, nas idas e vindas entre instituições – fossem intracapitania, entre capitanias ou com o reino – resultaram na produção de documentos que atualmente servem aos historiadores como objetos de análise e fontes para pesquisa. Para o exemplo do Rio Grande do Norte, existem atualmente os mais diferentes tipos de fontes documentais do período colonial, distribuídos em arquivos/núcleos de documentação do próprio estado (Cúria Metropolitana de Natal, Instituto Histórico e Geográfico, Laboratório de Documentação Histórica do CERES) e até mesmo fora dele

¹ Doutoranda em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora temporária na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Atua nos campos de História Moderna, História do Império Português, História do Brasil Colonial e das Capitanias do Norte; com ênfase nos estudos de Administração, Fiscalidade, Guerra e Resistência indígena. liviarbarbosalbsb@gmail.com

² Doutoranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e professora de História da rede municipal de Vera Cruz-RN. Tem interesse nas áreas de História Militar, mestiçagens e escravidão na América portuguesa. maiarasa@yahoo.com.br

³ Para essas questões pode mencionar: BOXER, Charles R. **O império marítimo português (1415-1825)**. Anna Olga de Barros Barreto (trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 2002. SANTOS, Marília Nogueira dos. **A escrita do Império: notas para uma reflexão sobre o papel da correspondência no Império português do século XVII**. In.: SOUZA, Laura de Mello e; BICALHO, Maria Fernanda; FURTADO, Júnia F. (Orgs.). **O Governo dos povos**. São Paulo: Alameda, 2009.



(Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Arquivo Histórico Ultramarino, em Portugal).

Nesse sentido, a fonte aqui apresentada é referente ao fundo documental do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). As fontes do AHU foram digitalizadas por meio do Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco e estão disponíveis online⁴, além de distribuídas em diversas Universidades em CD-ROM. Esta documentação foi produzida, ao longo do período colonial, graças à comunicação entre as conquistas portuguesas e o reino, mediadas pelo Conselho Ultramarino, órgão criado em meados do século XVII, responsável por resolver questões do Ultramar. Esta documentação contém provisões, cartas, alvarás, petições e comunicações dos mais diferentes temas entre autoridades das conquistas Ultramarinas e o rei/Conselho Ultramarino. Os documentos do AHU são divididos originalmente em Códices, por temática, e na categoria Avulsos, com uma lógica mais diversa, na qual se insere o documento transcrito. Para os apontamentos aqui realizados apresenta-se uma carta do capitão-mor do Rio Grande, Valentim Tavares Cabral, de 28 de julho de 1665.

As estruturas militares na capitania do Rio Grande⁵

⁴ É possível acessar as fontes do Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco em: <http://www.cmd.unb.br/index.php>.

⁵ Constatamos que entre os anos de 2015 a 2018 houve um avanço significativo nas pesquisas produzidas sobre o contexto colonial do estado do Rio Grande do Norte, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Grande parte dessas pesquisas examinaram o processo de territorialização da Capitania do Rio Grande e aspectos da administração colonial existente nesse território, como foi o caso da dissertação de mestrado da historiadora Lívia Brenda da Silva Barbosa, que analisou, em linhas gerais, a fundação da Provedoria da Fazenda Real do Rio Grande entre os anos de 1606 a 1723, incluindo o quadro de gente de guerra na capitania no início do século XVII. (BARBOSA, Lívia Brenda da Silva. **Das ribeiras o tesouro, da receita o sustento: a administração da Provedoria da Fazenda Real do Rio Grande (1606-1723)**. 2017, 227 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal- RN.). Todavia, no que concerne especificamente à instituição militar da burocracia colonial existente nesse território, percebemos que são poucos os estudos que se voltaram para a análise dessa instância administrativa, tanto no que se refere à historiografia clássica quanto a essa historiografia produzida mais recentemente, no âmbito da academia. Sobre essa historiografia clássica, nos deparamos com apenas três obras que discutiram aspectos da administração militar na Capitania do Rio Grande. Foram elas: *Capitães-mores e Governadores do Rio Grande do Norte* (volume I e II), de Vicente de Lemos e Tarcísio Medeiros (LEMOS, Vicente de. **Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio de Rodrigues & C, 1912. v.1; LEMOS, Vicente de; MEDEIROS, Tarcísio. **Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte**. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1980. v.2) e a *História da Fortaleza da Barra do Rio Grande*, de autoria de Hélio Galvão (GALVÃO, Hélio. **História da Fortaleza da Barra do Rio Grande**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1979.). Quanto a essa historiografia mais recente, nos deparamos com duas dissertações de mestrados produzidas no PPGH da UFRN e que discutiram aspectos da administração militar no Rio Grande. No caso, foram os estudos de Marcos Arthur Viana da Fonseca (FONSECA, Marcos Arthur Viana da. **Sob a sombra dos governadores de Pernambuco? Jurisdição e administração dos Capitães-mores da Capitania do Rio Grande (1701-1750)**. 2018, 194 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal) e Leonardo Paiva de Oliveira (OLIVEIRA, Leonardo Paiva de. **Capitães-mores das Capitânicas do Norte: Perfis, trajetórias e hierarquias espaciais no Rio Grande e Ceará (1656-1755)**. 2018, 166 f. Dissertação

A segunda metade do século XVII, na capitania do Rio Grande, foi delineada por um conjunto de súplicas enviadas pelos membros da administração militar e da administração civil da capitania à Coroa portuguesa⁶. Nesse contexto, o Rio Grande possuía apenas uma tropa paga⁷ importada da capitania de Pernambuco⁸ e que atuava no Rio Grande, com algumas alterações em sua composição, desde a construção da Fortaleza dos Reis Magos⁹. Além dessa tropa paga, a capitania possuía Companhias de Ordenanças, restritas, nesse contexto, ao litoral, como demonstra o quadro abaixo:

(Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal), que apesar de não realizarem uma análise sistemática sobre a estrutura militar do Rio Grande, apresentaram contribuições significativas acerca do ofício de capitão-mor na capitania. Dessa maneira, esperamos que a transcrição desse documento possa suscitar o interesse de novos pesquisadores para o estudo da administração militar da capitania do Rio Grande.

⁶ Exemplos dessas súplicas são as cartas enviadas pelos oficiais camarários e pelos capitães-mores do Rio Grande, como a carta do Capitão-mor Valentim Tavares de Cabral, transcrita nesse texto.

⁷ O serviço militar no Estado do Brasil, em linhas gerais, organizava-se em três corpos militares: tropas pagas ou regulares, ordenanças e milícias. Essas últimas eram consideradas tropas auxiliares, visto que não recebiam financiamento das Câmaras municipais nas localidades em que atuavam. Sendo assim, as tropas de linha referiam-se ao corpo militar oficial do Estado do Brasil, recebendo regularmente, mesmo com atrasos, soldos, fardamentos, armamentos e suprimentos. Os soldados e oficiais que constituíam esse corpo militar, normalmente, ficavam nas Fortalezas das capitanias e deveriam, teoricamente, estarem sempre exercitados militarmente e aptos a defenderem as capitanias onde atuavam de todo e qualquer conflito que ameaçasse a integridade dos territórios coloniais custodiados por Portugal. Quanto às tropas auxiliares, as ordenanças deveriam acolher a todos os colonos em idade produtiva, à exceção dos fidalgos e eclesiásticos, residentes em um determinado território colonial. Portanto, diferentemente das tropas regulares que deveriam, na teoria, acolher apenas homens brancos, as ordenanças deveriam alistar para o posto de soldado colonos de toda e qualquer qualidade, desde que fossem homens livres e não fizessem parte das tropas regulares e nem das milícias. Esse corpo militar era convocado apenas em situações emergenciais para auxiliar as tropas de linha. Por fim, quanto às milícias, era um corpo militar organizado com base em critérios monetários e étnicos. Referia-se a uma tropa militar deslocável e que deveria auxiliar as tropas regulares em meio aos conflitos internos e externos. Esse corpo militar, também, não recebia financiamento das Câmaras municipais, mas em meio às situações emergenciais e que atuava a serviço da Coroa recebiam soldo. Sobre a organização militar no ultramar sugerimos, dentre outros, os estudos de Kalina Silva (SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. **O Miserável soldo e a boa ordem da sociedade colonial: História de homens, militarização e marginalidade na Capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2001.) e Eudes Gomes (GOMES, José Eudes. *Milícias D'El Rey: as tropas militares e poder no Ceará setecentista*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.).

⁸ Localizamos assentos de colonos em tropas pagas da Capitania apenas posterior à Guerra do Açú. Esse dado dialoga com a informação presente na obra de Olavo de Medeiros Filho, *Aconteceu na Capitania do Rio Grande*, que estabelece a saída do Terço dos Paulistas, posterior aos conflitos envolvendo nativos e tropas coloniais, como um evento que implicou na constituição de uma tropa paga para à Capitania. De acordo com este autor, alguns soldados e oficiais que constituíram o Terço dos Paulistas passaram a integrar a primeira tropa regular do Rio Grande, instituída exatamente para substituir o Terço dos Paulistas na Fortaleza dos Reis Magos e na Cidade do Natal. MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Aconteceu na Capitania do Rio Grande**. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 1997. p. 135.

⁹ A tropa de linha que guarneceu na Fortaleza do Rio Grande na primeira metade do século XVII era constituída, em linhas gerais, por cerca de 80 soldados, além dos oficiais. De forma específica, o quadro da gente de guerra da capitania, em 1612, era o seguinte: um capitão, um alferes, um tambor, 4 cabos-de-esquadra, um sargento e oitenta soldados. LYRA, Augusto Tavares de. **História do Rio Grande do Norte**. 3. ed. Natal: EDUFRN, 2008. p. 52.

Quadro 1 – Espaços da capitania do Rio Grande que possuíam Companhias de Ordenanças na segunda metade do seiscentos	
Cidade do Natal	2 Companhias de Ordenanças
Distrito de Cunhahú	1 Companhia de Ordenança
Distrito Guarahiras	1 Companhia de Ordenança
Distrito de Goyana	1 Companhia de Ordenança
Ribeira de Mopobú	1 Companhia de Ordenança
Ribeira de Putigy	1 Companhia de Ordenança
Ribeira do Siará Mirim	1 Companhia de Ordenança
Distrito do Syará debaixo	1 Companhia de Ordenança
Ribeira de Paguçara	1 Companhia de Ordenança
Distrito de Goyana	1 Companhia de Ordenança
Distrito de Gorayras	1 Companhia de Ordenança

Fonte: Elaborado pelas autoras com base no V. XII da série X dos Docs. da Biblioteca Nacional.

Essa tropa paga existente na capitania e que guarnecia na Cidade do Natal, mais especificamente na Fortaleza dos Reis Magos, era o corpo militar responsável pela defesa do Rio Grande em situações emergenciais, como foi o caso da ocupação holandesa. Todavia, o que constatamos na documentação examinada, referente à segunda metade do seiscentos, é um conjunto de reclamações enviadas pelos administradores da capitania do Rio Grande atestando a precariedade da Fortaleza dos Reis Magos e da tropa paga existente nesse território colonial, o que nos possibilita, inclusive, questionar o papel desse corpo militar atuante na capitania.

Após um período de vinte anos de ocupação holandesa, a retomada da capitania do Rio Grande por parte da Coroa portuguesa seguiu-se junto com o reinício das atividades administrativas na capitania. O primeiro capitão-mor nomeado pós-1654, ano da expulsão holandesa no Rio Grande, foi Antônio Vaz Gondim, que atuou durante dois mandatos, por seis anos, entre 1656 e 1663¹⁰. Desse modo, dois anos após o fim do período holandês no Rio Grande, já havia na capitania uma autoridade militar/administrativa atuante.

Luís da Câmara Cascudo atribuiu a Antônio Vaz Gondim os primeiros esforços para reestabelecer as atividades administrativas na capitania, segundo o qual este atuou “restaurando os Reis Magos, dando ritmo a construção de casas na Cidade, reconstruindo a Matriz [...], nomeando oficiais de justiça, escrivães de órfãos, de datas de sesmarias, da Fazenda Real e do Senado da Câmara”¹¹.

¹⁰ LEMOS, Vicente de. **capitães-mores e Governadores do Rio Grande**. Volume I. Rio de Janeiro. 1912.

¹¹ CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Fundação José Augusto, 1984. p. 93. CAVALCANTI, Helaine de Moura. **Do Flamengo ao Bárbaro: o processo de Restauração da capitania do Rio Grande**. In: CAETANO, Antônio Filipe Pereira. **Conflitos, Revoltas e Insurreições na América Portuguesa**. Volume I. Alagoas: EDUFAL, 2011. p. 41-54.



As atividades do Senado da Câmara de Natal foram retomadas em 16 de abril de 1662. Foram, nessa mesma data, eleitos os oficiais para a recomposição das atividades camarárias na capitania: um juiz, Francisco Mendonça Eledesma; dois vereadores, Francisco Pires e Inácio Pestana; e um procurador, Francisco Rodrigues¹².

Câmara e capitão-mor já em pleno exercício atestavam a retomada dos esforços colonizadores na capitania. Um documento de 1665 confirma que os camarários já operavam em seus ofícios e remete às necessidades da Fortaleza do Reis Magos, carente de reparos naquele contexto pós-ocupação holandesa. No mesmo dia, 28 de julho de 1665, a Câmara e o capitão-mor que sucedeu Antônio Vaz Gondim, Valentim Tavares Cabral, enviaram cartas ao rei D. Afonso VI pedindo socorro para reparos na Fortaleza e ajuda aos soldados que estavam desamparados em armas, fardas e mantimentos¹³.

Oficiais da Câmara e capitão-mor lamentaram a situação da Fortaleza, enaltecida pelos camarários como a até então melhor do Estado do Brasil e, nas palavras de Valentim Tavares, a melhor que achou na América e no mundo. Em situação de precariedade, a Fortaleza encontrava-se guarnecida por apenas seis soldados.

Para o capitão-mor, 50 era um número pequeno, sendo necessário naquele momento recuperar o contingente militar anterior ao período holandês. A situação era bem diferente da do início do século XVII, quando da própria informação apresentada pelos oficiais da Câmara e pelo capitão-mor Valentin Tavares em suas cartas, a Fortaleza costumava ter antes do período holandês 80 soldados, mais ajudantes, artilheiros e um condestável. Esses dados se cruzam com as informações já analisadas em outros estudos quando, entre 1612 e 1617, a capitania do Rio Grande contava com um contingente militar de um alferes, um sargento, um condestável, dois bombeiros, quatro cabos de esquadra, para 1612 (pois em 1617 eram três) quarenta mosqueteiros e quarenta arcabuzeiros¹⁴.

As reclamações sobre a situação da Fortaleza e necessidade material advém desde o limiar do século XVII. Em termos de condições materiais, observa-se, desde 1609, as reclamações a respeito da estrutura da Fortaleza, as quais descreviam um quadro precário.

¹² *Idem.*

¹³ Carta dos oficiais da Câmara de Natal ao rei [D. Afonso VI] sobre o estado de ruína da Fortaleza dos Reis Magos e a falta de soldados, armas e munições. Anexo: carta (treslado). AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1, doc. 7.

¹⁴ Para o debate do corpo de gente de guerra na capitania do Rio Grande no início do século XVII ver: BARBOSA, Livia Brenda da Silva. **Das ribeiras o tesouro, da receita o sustento: a administração da Província da Fazenda Real do Rio Grande (1606-1723)**. 2017. 227 f. Dissertação (mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017. Para os dados mencionados ver também: LIVRO que dá razão do Estado do Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/Ministério da Educação e Cultura, 1968. CARRARA, Angelo Alves. **Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil, século XVII**. Juiz de Fora: UFJF, 2009.

Porém, quanto ao número de soldados, pode-se fazer algumas ressalvas. Em um relatório de 1609, elaborado pelo rei no a serviço da Coroa, o sargento Diogo Campos Moreno, afirma-se que as 28 peças de bronze da Fortaleza não possuíam utilidade por estarem desgastadas. O sargento tratou ainda da falta de parapeitos e assoalhos, bem como da quantidade insuficiente de soldados, 80 mosqueteiros que, para ele, eram insuficientes para a guarda dos postos, ficando as vezes em prontidão em torno de 60 homens, por motivo de doenças¹⁵. Diferentemente dos aspectos materiais, nos recursos humanos, o quadro militar da capitania encontrava-se em posição de destaque no início do século. A capitania do Rio Grande tinha na tropa paga de 92 indivíduos em 1612, e era o terceiro maior entre as capitanias da Paraíba, Itamaracá, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Ilhéus e Porto Seguro, sendo próximo ao da capitania de Pernambuco, com 97 homens de guerra¹⁶.

No início do século XVII, o projeto colonizador que se consolidava no eixo Norte do Estado do Brasil, impulsionado a partir das políticas filipinas de legitimação do controle das capitanias do Estado do Brasil, pode ser visualizado nesse período. Após a conquista da Paraíba, a marcha colonizadora encabeçada por expedições de conquista subiu dessa capitania para o Rio Grande¹⁷. Forte evidência desse avanço foi a expedição liderada por Mascarenhas Homem no final do século XVI, seguida de um acordo de paz com os índios que habitavam a barra do Rio Grande (Rio Potengi), marcando as relações de combate e negociação entre colonos e indígenas. Desse modo, o Rio Grande fazia parte da expansão da fronteira colonizadora do Estado do Brasil em direção ao Norte, e após a conquista da Paraíba, era o próximo espaço a ser conquistado e colonizado na porção setentrional do Estado¹⁸. Assim, no início do século XVII, a capitania do Rio Grande destacava-se com seu quadro de gente de guerra, situação que seria bem diferente na segunda metade do século.

Conforme os camarários, em 1665, a capitania encontrava-se em situação de miséria, despovoada e ameaçada em duas frentes, ao oeste pelos índios Tapuias e no litoral pelos piratas e possíveis invasores estrangeiros. Era, portanto, necessário naquele momento

¹⁵ RELAÇÃO das praças e fortes e coisas de importância que Sua Magestade tem na Costa do Brasil, por Diogo Campos Moreno, 1609. **Arquivo Nacional da Torre do Tombo**. PT/TT/MR/1/68.

¹⁶ LIVRO que dá razão do Estado do Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/Ministério da Educação e Cultura, 1968.

¹⁷ BATISTA, Adriel Fontenele. **O sumário das Armadas: Guerras, missões e estratégias de discurso da conquista do Rio Paraíba**. Natal: EDUFRRN, 2013.

¹⁸ Sobre este debate ver: LOPES, Fátima Martins. **Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte**. Mossoró: Fundação Vingt-um Rosado, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 2003. p. 54-55.

de fragilidade e de recuperação da conquista que a Fortaleza fosse reestabelecida em condições adequadas para a defesa do território¹⁹.

Por meio da carta dos camarários é possível saber que, em anos anteriores, o contingente de 80 soldados era preenchido graças ao socorro de Pernambuco, bem como a provisão do corpo militar com alimentação e fardamentos. Naquele momento, porém, a capitania encontrava-se desamparada da ajuda de Pernambuco, que já havia sido solicitada várias vezes. Mencionou-se ainda, por parte da Câmara e do próprio capitão-mor, que um oficial da Câmara já tinha sido enviado à Bahia para pedir pessoalmente ao governador-geral socorro financeiro²⁰.

Os soldados estavam há mais de seis meses vivendo na Fortaleza sem a ajuda requerida, nem mesmo farinha para a alimentação, na esperança do socorro costumeiramente dado por Pernambuco ou da ajuda do “sobejo” de alguma outra capitania. Para manter os soldados, o capitão-mor estava provendo as carências da Fortaleza por seu próprio custo com 300 réis. O capitão-mor sugeria que o quadro militar de 80 soldados fosse enviado das praças de Pernambuco ou da Bahia, e ainda pedia o ressarcimento dos gastos feitos por sua pessoa com os víveres para a Fortaleza²¹.

O vice-rei do Estado do Brasil, D. Vasco Mascarenhas (1663-1667), o Conde de Óbidos, já havia, em 13 de maio de 1665, passado alvará ao capitão-mor Valentim Tavares Cabral permitindo que despendesse 60\$000 anuais da Fazenda Real do Rio Grande para os gastos com a compra da farinha para os soldados, durante o tempo em que Pernambuco não enviasse ajuda ao Rio Grande. Porém, em julho de 1665, na solicitação feita ao rei, os camarários trataram da pobreza da capitania, com arrecadação anual de 200 réis, o que impossibilitava esse recurso. Pediam, assim, que esse custo fosse provido pela Fazenda de Pernambuco²².

Desse modo, observa-se que a capitania estava em um momento de recuperação e reestruturação administrativa. A Câmara e o capitão-mor desejavam recursos para a defesa

¹⁹ CARTA dos oficiais da Câmara de Natal ao rei [D. Afonso VI] sobre o estado de ruína da Fortaleza dos Reis Magos e a falta de soldados, armas e munições. Anexo: carta (treslado). AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1, doc. 7.

²⁰ CARTA do capitão-mor do Rio Grande do Norte, Valentim Tavares Cabral, ao rei [D. Afonso VI] sobre o estado de ruína da Fortaleza dos Reis Magos e a falta de soldados, armas e munições. AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 8. CARTA dos oficiais da Câmara de Natal ao rei [D. Afonso VI] sobre o estado de ruína da Fortaleza dos Reis Magos e a falta de soldados, armas e munições. Anexo: carta (treslado). AHU-RN, Papéis Avulsos, Cx. 1, doc. 7.

²¹ *Idem*.

²² PORTARIA que se passou ao capitão-mor da capitania do Rio Grande para poder despende com a infantaria 60\$000 dos dízimos. **Documentos Históricos da Biblioteca Nacional**. Volume VII. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1929. p. 218.

da capitania e ambas as cartas demonstram que essas instâncias de gerenciamento funcionavam. Em um contexto de retomada do povoamento do território, as dificuldades eram iminentes. Nesse sentido, no ano de 1665, como demonstra o documento transcrito, o capitão-mor do Rio Grande, Valentim Tavares Cabral, enviava a carta aqui transcrita ao rei, Dom Afonso VI, informando o estado precário no qual se encontrava a administração militar instaurada na capitania.

Segundo Valentim Tavares de Cabral, a capitania do Rio Grande não tinha mais que seis soldados, o que era bastante complexo, visto que, na sua concepção, 500 ainda seriam poucos. Além disso, a Fortaleza, pós presença holandesa, necessitava de conserto, pois do contrário estava fadada a arruinar-se. O capitão-mor foi enfático ao afirmar que já havia solicitado “por duplicadas vezes” socorro à capitania de Pernambuco, mas que esta “não quer acudir com couza nenhuma”, devido aos conflitos que o capitão general desta capitania havia tido com o vice-rei.

As insistentes solicitações do capitão-mor não eram muito diferentes dos pedidos feitos pelos camarários. Dessa maneira, segundo Valentim Tavares, mesmo após a ordem do governador-geral do Estado do Brasil, Francisco Barreto, para que a praça de Pernambuco enviasse para guarnecer no presídio do Rio Grande cerca de 80 soldados, efetivo que atuava na capitania anterior à presença dos holandeses nesse território, além dos oficiais necessários e dos mantimentos precisos para estes, a praça de Pernambuco nada tinha feito²³.

A súplica do capitão-mor, Valentim Tavares de Cabral, não foi a única carta enviada à Coroa Portuguesa na segunda metade do século XVII. O documento que transcrevemos dialoga com outros que foram enviados ao longo de toda metade dos seiscentos, como o já mencionado enviado pelos camarários do Rio Grande.

Nesse caso, o posicionamento do governador-geral não atendeu às expectativas dos camaristas, visto que, conforme estes, o valor do dízimo arrecadado na capitania não era suficiente para tal encargo. Sendo assim, pediam à Coroa que socorresse o Rio Grande com uma guarnição de 80 soldados e os oficiais necessários. Por fim, afirmavam que se a Coroa oferecesse suporte militar à capitania, isso resultaria em ganhos para a Fazenda Real, conforme demonstra a transcrição abaixo:

²³ CARTA dos oficiais da Câmara de Natal ao rei [Dom Afonso VI] sobre o estado de ruína da Fortaleza dos Reis Magos e a falta de soldados, armas e munições, 1665. Papéis avulsos, Cx. 1, doc. 5.

pedimos senhor a V. Magestade mande socorrer esta sua fortalleza com a goarnição com que foi criada (athe ser tomada do olandes) q são oitenta soldados com seus officiais um condestavel com os Artilheiros q forem necessarios para o governo de trinta peças de artilharia que tem, polvora, munições para a sua defençaõ soldo, e sustento para os soldados, como se dava antes de asenhorearem os inimigos, e finalmente pedimos a V. Magestade mande reedificar as Roínas da dita Fortalleza para q assombra della sepouse esta capitania (tinha V. Magestade ou sua Real Fazenda, nella lucros por coanto dous Engenhos de açúcar e farseaõ mais se V. Magestade puzer seus benignos olhos nesta nossa petição²⁴.

Os oficiais da Câmara, na carta enviada ao monarca de Portugal, evidenciaram que era muito complexo administrar um espaço mal provido, onde faltavam soldados, armamentos, munições e, inclusive, farinha para alimentar os poucos soldados resistentes na Fortaleza. Além disso, tinham que conviver com a pobreza de seus moradores, que eram poucos e viviam sob a ameaça constante do “bárbaro tapuia”, que todo ano viam ao litoral²⁵. Por fim, os oficiais da Câmara concluíram que diante de tantas dificuldades era mais fácil para os moradores abandonarem a capitania e irem para outras, caso esta não fosse socorrida²⁶.

Além da complexidade do cotidiano dos praças que viviam na capitania do Rio Grande e da precariedade da Fortaleza dos Reis Magos, a carta enviada ao rei D. Afonso demonstrava as fragilidades administrativas existentes na própria capitania, pós presença holandesa. Nesse contexto, segundo as informações presentes no documento, os capitães-mores, como foi o caso de Antônio Vaz Gondim, antecessor de Valentim Tavares de Cabral, buscaram mecanismos, como por meio da publicação de editais e da distribuição de sesmarias, para trazer os antigos moradores de volta, bem como novos homens para ocupar este espaço e torná-lo produtivo. Todavia, os novos moradores, de acordo com os camarários, eram pobres, com pouco ou nenhum cabedal, militares vindos de Pernambuco e que, certamente, buscavam formas de ascender socialmente no Rio Grande através de mercês pelos feitos militares realizados e por meio do aproveitamento das terras recebidas.

²⁴ *Idem*.

²⁵ Em sua dissertação, o historiador Júlio César Vieira de Alencar debate do discurso camarário e o medo da ameaça “bárbara” na Cidade do Natal ver: ALENCAR, Júlio César Vieira de. **Para que enfim se colonizem estes sertões**: a Câmara de Natal e a Guerra dos Bárbaros (1681-1722). 2017. 243f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

²⁶ CARTA dos oficiais da Câmara de Natal ao rei [Dom Afonso VI] sobre o estado de ruína da Fortaleza dos Reis Magos e a falta de soldados, armas e munições, 1665. Papéis avulsos, Cx. 1, doc. 5.

Contudo, conforme esse documento, os poucos moradores da capitania, que nesse contexto contabilizavam apenas 40, não tinham condições para manterem suas terras e possuíam pouco cabedal, o que impossibilitava a cobrança da finta. Para os camarários, apenas dois moradores da capitania possuíam um cabedal significativo e estes eram militares. Tratava-se, portanto, de Antônio Vaz Gondim, que havia sido capitão-mor do Rio Grande até 1663 antecedendo, dessa maneira, Valentim Tavares de Cabral, e o capitão das ordenanças Manuel Soares de Abreu, conforme demonstra a transcrição abaixo:

[...] deixando o inimigo olandes a terra taõ abrazada e despovoada pelas mortes q injustamente deu aos moradores della como se sabe e estar de prezente taõ mal povoada como se ve nem ouve lugar para oestar mais por q avendo oito annos q veio por capitão mor p esta praça Antônio Vaz achou so morador nesta cappitania ao Vigario Leonardo Tavares de Mello que se o acompanhou passante de dous annos, da fim dos coais por diante começaraõ ce acudir algus por novos povoadores q e dos antigos poucos dos poucos q escaparaõ da mortandade q na terra ouve sendo hus e outros q vieraõ de pouco ou nenhum cabedal e os mais delles soldados da guerra de pernambuco q casandoce pobres se vieraõ a esta cappitania fiados em q por ser povoada de novo teriaõ nella o sustento com menos deficuldade do q em outra parte de hus e de otros chega a tanto a pobreza [...] q essa manifesta a impossibilidade de pagar fintas [...] de quarenta moradores pouco mais ou menos q ha na capitania e q o capitão mor Antônio vas p ella trouxe so o mesmo capitão mor e o capitão Manuel de Abreu Soares (ilegível) saõ os q tem algum cabedal [...]²⁷.

Na segunda metade do seiscentos, a situação não era crítica apenas no Ultramar. Nesse contexto, pós-Guerra da Restauração (1640-1668), Portugal buscava mecanismos para legitimar a dinastia Bragança no trono lusitano e, em consonância com isso, assegurar seu poder enquanto monarca tanto no cenário europeu quanto no Ultramar. Em consonância com isso, a Coroa precisava reestabelecer-se economicamente, visto que,

²⁷ CARTA dos oficiais da Câmara de Natal ao rei [Dom Afonso VI] sobre o estado de ruína da Fortaleza dos Reis Magos e a falta de soldados, armas e munições, 1665. Papéis avulsos, Cx. 1, doc. 5.

como assinala o historiador Marcelo Loureiro, os holandeses desestruturaram o comércio europeu no Ocidente e no Oriente. Nesse sentido, se no Ocidente, com a ocupação das capitanias do Norte do Estado do Brasil, o principal produto cobiçado pelos holandeses foi o açúcar, no Oriente, os flamengos conseguiram, “em poucos anos, retirar dos portugueses o controle dos fluxos mercantis do cravo da Índia e da noz-moscada das Molucas, da canela da costa do Ceilão e da pimenta do Malabar²⁸”. E, por fim, na Costa africana, dentre outras medidas, os batavos conseguiram partir de 1641 dominar a praça africana de São Paulo de Luanda e controlar os lucros do tráfico negreiro²⁹.

Os militares no Império em debate

Possivelmente, em decorrência dessa complexidade no cenário político e econômico lusitano, a Coroa não atendeu de imediato às solicitações dos oficiais da Câmara da Cidade do Natal e do capitão-mor do Rio Grande, Valentim Tavares de Cabral, manifestando-se apenas sobre essa matéria em 1671³⁰. No entanto, antes de tratar das medidas tomadas pela Coroa lusitana, considera-se pertinente discutir a “ausência” da capitania de Pernambuco, que se negava a atender às solicitações dos administradores civis e militares da capitania do Rio Grande. Nessa perspectiva, segundo a historiadora Kalina Vanderlei Silva, a capitania de Pernambuco, pós-presença holandesa, passava por um processo de reorganização política, econômica e militar. No âmbito militar, aspecto que nos interessa nesse texto, a capitania passou por um processo de redução das tropas de linha, que foram substituídas pela constituição de tropas auxiliares. O responsável por essa reforma militar foi o próprio governador de Pernambuco, Francisco de Brito Freyre, para quem as milícias eram um corpo militar mais rentável que as tropas de linha, visto que, além de serem eficientes, não implicavam em nenhum dispêndio para a Fazenda Real³¹.

A capitania de Pernambuco, quando Francisco de Brito Freyre assumiu o governo, possuía três tropas de linha³², que se somava às tropas de linha importadas para as capitanias anexas, como a do Rio Grande. Nesse contexto, “com problemas com a destruição causada pela guerra, a Câmara atrasava os pagamentos, fazendo com que esse

²⁸ LOUREIRO, Marcelo. “EM MISERÁVEL ESTADO”: Portugal, as guerras de restauração e o governo do Império (1640-1654). In.: POSSAMAI, Paulo. **Conquistar e defender: Portugal, países baixos e Brasil: estudos de História Militar na era moderna**. São Leopoldo: Oikos, 2012. p. 198.

²⁹ Idem.

³⁰ CARTA Régia de 26 de janeiro de 1761 apud GALVÃO, Hélio, p.121.

³¹ SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. Op cit., p. 217.

³² Sobre a organização militar na Capitania de Pernambuco, pós presença holandesa, ver: MELLO, Evaldo Cabral. **Olinda restaurada: Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1645**. São Paulo: Ed. 34, 2007. p.231.



complexo militar burocrático acumulasse homens armados e mal pagos nos núcleos urbanos açucareiros, o que contribuía para o aumento da criminalidade³³ Certamente, a tentativa de controle dessa sociedade militarizada somada ao dispêndio causado pelo sustento desse corpo militar impulsionou a reforma militar empreendida por Brito Freyre em Pernambuco. Em consonância com isso, possivelmente, justificou também o não envio de socorro à capitania do Rio Grande, como costumava fazer na primeira metade do século XVII.

Dessa maneira, a palavra em ordem na segunda metade do século XVII, tanto no Reino quanto no Ultramar, era reorganização. No caso do Ultramar, sobretudo das capitanias do Norte do Estado do Brasil, o que estava em voga era uma reorganização econômica e administrativa, como a que estava empreendendo Francisco de Brito Freyre na capitania de Pernambuco. Em se tratando da capitania do Rio Grande, a situação também não era simples. Além da precariedade da administração militar, segundo a historiadora Patrícia Oliveira Dias, a capitania, através da distribuição de sesmarias realizadas pelos capitães-mores, buscava formas de trazer os antigos moradores de volta, bem como novos colonos dispostos a aproveitarem as terras recebidas³⁴. Assim, na perspectiva do colonizador, o Rio Grande passava por um processo de ocupação territorial, efetivado oficialmente através do instituto de sesmarias.

Retornando aos pedidos de auxílio militar, enviados pelos administradores da capitania do Rio Grande, em 30 de dezembro de 1670, em carta para Lisboa, o capitão-mor Antônio de Barros Rego, sucessor de Valentim Tavares de Cabral, afirmou que ao tomar posse da administração militar da capitania, precisamente em 7 de dezembro de 1699, havia se deparado com a Fortaleza sem guarnição, portando apenas um soldado, que era filho de Valentim Tavares de Cabral. Dessa forma, o capitão-mor informou que havia conseguido a sua custa alistar mais sete soldados, no entanto, o governador-geral, Alexandre de Souza, havia proibido que o provedor da Fazenda Real atendesse despesas superiores ao valor de 60\$000 em farinha, o que resultou na fuga desses soldados.

Na concepção de Antônio de Barros Rego, como resultado dessa falta de assistência à administração militar da capitania, tanto por parte da Coroa quanto de Pernambuco, em 1670 “[...] não tem a Fortaleza nenhum soldado nem artilheiro, nem

³³ SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. **O Miserável soldo e a boa ordem da sociedade colonial: História de homens, militarização e marginalidade na Capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII.** p. 219.

³⁴ DIAS, Patrícia de Oliveira. **Onde fica o sertão rompem-se as águas: processo de territorialização da ribeira do Apodi-Mossoró.** 2015, 187 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do rio Grande do Norte, Natal. p. 48.

ajudante e sargento”, faltava também “pólvora e das mais munições” e quanto à estrutura física da Fortaleza, de acordo com este, estava “caindo por falta de se não consertar³⁵”. Por fim, como demonstra a transcrição abaixo, o capitão-mor salientou a posição estratégica na Fortaleza na defesa contra os índios dos sertões, caso esses resolvessem se levantar, aspecto presente, também, na carta enviada pelos oficiais da Câmara no Natal.

Neste Estado está a dita Fortaleza, sendo que é a melhor deste Estado e mais fronteira aos tapuias e índios que poderá suceder que vendo-a desfabricada de tudo se poderão levantar. E obrigando eu aos moradores a que assistissem nela com guardas me vieram protestar pelas fazendas alheiras e quase amotinados por verem que não tenho soldados pagos, como há em todas estas capitânicas, com que os dominar, e nunca os deste Estado se sujeitariam a assistir na dita Fortaleza senão vindo desse reino por não saberem caminhos³⁶.

Nesse sentido, é possível perceber uma atuação conjunta da administração civil e da administração militar da capitania do Rio Grande. Tanto os camarários quanto os capitães-mores salientaram o quanto a Fortaleza dos Reis Magos ocupava uma posição estratégica em um eventual conflito com os índios dos sertões, como ocorreu, de fato, em fins do seiscentos. Além disso, era consenso também, que a mesma necessitava de consertos, pós saída dos holandeses, bem como de soldados, armamentos, pólvora e munição, pois do contrário a capitania poderia, na concepção desses administradores, se perder e seus moradores irem para outras capitânicas, que oferecessem segurança para estes cultivarem suas terras, sem o receio de uma “invasão” indígena.

Entretanto, a precariedade da administração militar, no que concerne à falta de soldados, de armamentos e, dentre outros aspectos, ao atraso dos soldos não foi uma particularidade da capitania do Rio Grande, mas sim uma situação que se fez presente em outras capitânicas do Estado do Brasil. Um exemplo claro disso e que fundamenta nossa assertiva é o caso da capitania da Paraíba, que na segunda metade do seiscentos, conforme carta enviada pelo capitão-mor da Paraíba, Alexandre de Souza Azevedo, em 15 de agosto de 1679, padecia com um conjunto de limitações na Fortaleza de Cabedelo. De acordo com Alexandre de Souza Azevedo, a Fortaleza de Cabedelo necessitava de consertos e, em consonância com isso, precisava de um capelão para realizar as solenidades da fé cristã para

³⁵ CARTA Régia de 26 de janeiro de 1761 apud GALVÃO, Hélio, p. 121

³⁶ *Idem*.

os soldados, bem como de pólvora e munições³⁷. A exceção do capelão e da falta de soldados, os mesmos elementos colocados à Coroa como precisos da Fortaleza de Cabedelo³⁸ também eram necessários à Fortaleza dos Reis Magos.

Não foram apenas as capitanias do Norte do Estado do Brasil que tiveram que lidar com a falta de soldados, armamentos e munições em seus presídios. A capitania do Rio de Janeiro, também na segunda metade do seiscentos, foi afetada pela falta de soldados e oficiais, como demonstra os estudos de Christiane Figueiredo Pagano de Mello. Segundo essa historiadora, o Rio de Janeiro serviu de suporte para a ação militar na região platina mantendo, dessa maneira, a Colônia do Sacramento com os seus próprios recursos. Em decorrência disso, a capitania teve sua defesa afetada, devido à falta constante de mantimentos e guarnição³⁹.

Desse modo, pode-se inclusive questionar o papel das tropas pagas no Ultramar, tendo em vista que a precariedade das tropas regulares era uma situação que se fazia presente em diferentes capitanias do Estado do Brasil. Evidentemente que, os percalços enfrentados na administração militar de cada território colonial possuía suas particularidades, no entanto a falta de homens, armamentos, suprimentos e soldo parece ter sido um elemento comum no Estado do Brasil, como já vem demonstrando os estudos de Christiane Figueiredo Pagano⁴⁰ e, dentre outros, de Kalina Silva⁴¹. Em decorrência disso, em diálogo com essas autoras podemos, inclusive, conjecturar a eficiência das tropas auxiliares em detrimento das tropas regulares e, em estudos posteriores, perceber o papel do corpo militar auxiliar na capitania do Rio Grande.

Retornando às solicitações encaminhadas pelos camarários da Cidade do Natal e pelos capitães-mores da capitania do Rio Grande à Coroa, em 1670 o Conselho Ultramarino remeteu ao Rei uma representação dos camarários da Cidade do Natal e uma carta do capitão-mor, Antônio de Barros Regos, onde os elementos que haviam sido destacados pelo capitão-mor do Rio Grande, Valentim Tavares de Cabral, em 1665 foram

³⁷ CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao príncipe regente D. Pedro, sobre a carta do capitão-mor da Paraíba, Alexandre de Sousa e Azevedo, acerca da ruína da Fortaleza do Cabedelo, 1680. Papéis Avulsos, Cx. 2, doc. 109.

³⁸ Sobre a Fortaleza de Cabedelo, o Conselho Ultramarino foi de parecer favorável às solicitações encaminhadas pelo capitão-mor da Paraíba à Coroa e salientou a importância dessa fortificação para a defesa dos territórios coloniais. CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao príncipe regente D. Pedro, sobre a carta do capitão-mor da Paraíba, Alexandre de Sousa e Azevedo, acerca da ruína da Fortaleza do Cabedelo, 1680. Papéis Avulsos, Cx. 2, doc. 109.

³⁹ MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. O Rio de Janeiro: uma praça desfalcada “dos melhores soldados e oficiais” (séculos XVII-XVIII). *História*, São Paulo, v.31, n. 1. p. 216, jan-jun. 2012.

⁴⁰ MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. Op cit.

⁴¹ SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. Op cit.

retomados, o que possibilita perceber-se que passados cinco anos do pedido de socorro deste capitão-mor nenhuma diligência havia ainda sido tomada pela metrópole. Dessa maneira, os documentos repassados em 1670 pelo Conselho Ultramarino versavam sobre aspectos já aludidos em 1665 por Valentim Tavares de Cabral ao rei, como o estado precário da Fortaleza, a falta de soldados, armamentos e munições. Novamente, foi sugerido pelos administradores da capitania um efetivo de cerca de 80 praças, além dos oficiais, total existente antes da invasão holandesa. Por fim, os camarários e o capitão-mor pediram que as capitanias de Pernambuco, Paraíba e Itamaracá fossem responsáveis pelo mantimento desses soldados e oficiais, visto que o Rio Grande não possuía recursos para tal empreitada, como demonstra a transcrição abaixo:

[...] mande com efeito socorrer a fortaleza com gente munições carretas e mais petrechos necessarios e do pouco q aqui rendem os dizimos de V.A. que não chegam a mil cruzados nos mande concinar alguma parte para ajuda de reformarmos a igreja matriz desta Cidade que sem ella sera inpoçivel oanimarmosnos a fazella pela grande pobreza q há nos novos povoadores [...]⁴²

Em meio à vulnerabilidade da Fortaleza e das dificuldades para manutenção da administração militar na capitania, o Conselho Ultramarino recomendou à Coroa que fosse enviado de Portugal socorro para esta capitania, “com polvora ballas e munições para q sua defença⁴³”. Certamente, em decorrência do parecer do Conselho Ultramarino, a Coroa se pronunciou através da carta Régia de 26 de janeiro de 1671 e solicitou que o capitão-general de Pernambuco enviasse 20 soldados para a capitania do Rio Grande e pólvora⁴⁴. Não sabemos ao certo se a Capitania de Pernambuco atendeu à solicitação real precisamente em 1671. No entanto, tendo como base a consulta do Conselho Ultramarino de 1674, podemos inferir que esses soldados já estavam na Capitania no ano de 1674, visto que Antônio de Vaz Gondim, capitão-mor do Rio Grande, afirmou que quando tomou posse da administração militar da capitania, em dezembro de 1663, a Fortaleza possuía apenas 8 soldados, mas que esta já se encontrava com 20⁴⁵.

⁴² CONSULTA do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. Pedro, sobre representação dos oficiais da Câmara de Natal e carta do capitão-mor Antônio de Barros Rego, acerca do estado de ruína da Fortaleza dos Reis Magos. Anexo: representação dos oficiais; inventário da artilharia, munições e guarnição da Fortaleza dos Reis Magos e cartas, 1670. Papéis Avulsos. Cx. 1, doc. 7.

⁴³ *Idem*.

⁴⁴ CARTA Régia de 26 de janeiro de 1761 apud GALVÃO, Hélio, p. 121.

⁴⁵ CONSULTA do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. Pedro sobre cartas do capitão-mor do Rio Grande do Norte, Antônio Vaz Gondim, e dos oficiais da Câmara de Natal, acerca do estado de ruína da Fortaleza dos Reis Magos, da falta de munições e infantaria e acerca da reconstrução da matriz [de Nossa

Entretanto, para este capitão-mor, o efetivo de 20 praças não era suficiente para a defesa da capitania e por isso solicitava que a Coroa fizesse com que Pernambuco fornecesse mais homens para a defesa do Rio Grande para, dessa maneira, constituir um efetivo de 80 praças, mais armamento e munições necessárias “para segurança daquele povo, e temor do gentio⁴⁶”. Assim, é perceptível uma linearidade nos argumentos utilizados pela administração militar e civil da capitania do Rio Grande na segunda metade do seiscentos.

A(s) História(s) dos militares no Rio Grande: possibilidades para novos estudos

O documento transcrito nesse texto é parte de um conjunto de solicitações encaminhadas pelos oficiais camarários e pelos capitães-mores do Rio Grande que na segunda metade do século XVII buscaram formas de “repovoar” a capitania e de assegurar que este território pudesse ser seguro para seus habitantes. No entanto, como assinalamos, o socorro enviado pela Coroa não veio de imediato e nem foi suficiente, visto que, passados sete anos da carta enviada pelo capitão-mor Valentim Tavares de Cabral, os mesmos aspectos pontuados por ele permaneceram sendo destacados por seus sucessores.

Acerca da consulta do Conselho Ultramarino de 1674, o parecer emitido pelo mesmo à Coroa, possivelmente, não atendeu às expectativas dos oficiais da Câmara de Natal e do capitão-mor do Rio Grande, visto que tanto os camarários quanto o capitão-mor haviam pedido que o efetivo da capitania fosse de cerca de 80 soldados e o Conselho sugeriu que Portugal ordenasse que Pernambuco enviasse cerca de 25 soldados. Além dos praças para guarnecerem na Fortaleza dos Reis Magos, para o Conselho Ultramarino, Pernambuco deveria enviar munições, um alferes, um sargento e um engenheiro para verificar a situação da Fortaleza e da Igreja Matriz. A capitania de Pernambuco também teria o encargo de sustentar esses soldados atuantes na capitania do Rio Grande⁴⁷. As soluções apontadas pelo Conselho Ultramarino foram acolhidas pelo Príncipe Regente, D. Pedro, no entanto, o problema da falta de soldados da capitania persistiu. Todavia, a causa dessa dificuldade não foi mais a ausência de Pernambuco, mas sim as deserções praticadas

Senhora da Apresentação]. Anexo: inventário das munições e apetrechos da Fortaleza dos Reis Magos (cópia); cartas e certidão, 1674. Papéis Avulsos, Cx. 01. doc. 9.

⁴⁶ *Idem*.

⁴⁷ CONSULTA do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. Pedro sobre cartas do capitão-mor do Rio Grande do Norte, António Vaz Gondim, e dos oficiais da Câmara de Natal, acerca do estado de ruína da Fortaleza dos Reis Magos, da falta de munições e infantaria e acerca da reconstrução da matriz [de Nossa Senhora da Apresentação]. Anexo: inventário das munições e apetrechos da Fortaleza dos Reis Magos (cópia); cartas e certidão, 1674. Papéis Avulsos, Cx. 01. doc. 9.

pelos soldados vindos desta capitania, o que implicou em solicitações dos camarários ao rei, em 1689, para que os soldados que guarnecessem no Rio Grande fossem naturais da capitania⁴⁸.

Portanto, os percalços enfrentados pela administração civil e militar da capitania do Rio Grande não foram poucos e se estenderam durante toda a segunda metade do seiscentos. Certamente, a fragilidade da tropa paga existente na capitania e o fato da administração militar ainda estar se sistematizando nesse território justifica as dificuldades encontradas pelos administradores do Rio Grande para conseguir conter os índios dos sertões que resistiam ao processo de interiorização da conquista.

Por fim, a carta do capitão-mor, Valentim Tavares de Cabral transcrita nesse texto, em diálogo com as cartas enviadas ao Reino ao longo da segunda metade do século XVII permite perceber o processo de recuperação da administração militar existente na capitania. A Fortaleza dos Reis Magos foi descrita nessa documentação como sendo a “melhor deste Estado”, mas na prática não era eficiente e funcionava, portanto, mais como um símbolo de poder da metrópole na capitania do que uma estrutura militar eficiente. Entretanto, como assinalamos, problemas semelhantes foram enfrentados em outras capitanias do Estado do Brasil, o que traz à tona a própria fragilidade da administração militar atuante no Estado do Brasil, no que se refere, sobretudo, a ação das tropas pagas. Esse aspecto nos convida em estudos posteriores à problematização da atuação das tropas auxiliares na capitania do Rio Grande, principalmente no contexto da Guerra do Açu, onde tropas pagas e auxiliares atuando de forma conjunta contra os índios dos sertões, bem como homens de diversas condições e qualidades, dentre esses pardos, mulatos, trigueiros e, inclusive, índios, que constituíram, na prática 33% do efetivo militar atuante nesse cenário de guerra⁴⁹.

⁴⁸ GALVÃO, Hélio. Op cit. p.126.

⁴⁹ ARAÚJO, Maiara Silva. Perfil dos colonos que ingressaram na administração militar da capitania do rio grande (séculos XVII, XVIII E XIX). In.: VII Colóquio Nacional História Cultural e Sensibilidades, Caicó, 2017. **Anais...** Caicó: UFRN, 2017. p. 420-431.



Fontes
Manuscritas

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO

AHU – Avulsos, Rio Grande do Norte

Documentos manuscritos microfilmados, digitalizados e integrando CD-ROM do Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco.

CARTA dos oficiais da Câmara de Natal ao rei [Dom Afonso VI] sobre o estado de ruína da Fortaleza dos Reis Magos e a falta de soldados, armas e munições, 1665. Papéis avulsos, Cx. 1, doc. 5.

CARTA do capitão-mor do Rio Grande do Norte, Valentim Tavares Cabral, ao rei [D. Afonso VI] sobre o estado de ruína da Fortaleza dos Reis Magos e a falta de soldados, armas e munições. Papéis Avulsos, 1665. Cx. 1, doc. 8.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. Pedro, sobre representação dos oficiais da Câmara de Natal e carta do capitão-mor António de Barros Rego, acerca do estado de ruína da Fortaleza dos Reis Magos. Anexo: representação dos oficiais; inventário da artilharia, munições e guarnição da Fortaleza dos Reis Magos e cartas, 1670. Papéis Avulsos. Cx. 1, doc. 7.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. Pedro sobre cartas do capitão-mor do Rio Grande do Norte, António Vaz Gondim, e dos oficiais da Câmara de Natal, acerca do estado de ruína da Fortaleza dos Reis Magos, da falta de munições e infantaria e acerca da reconstrução da matriz [de Nossa Senhora da Apresentação]. Anexo: inventário das munições e apetrechos da Fortaleza dos Reis Magos (cópia); cartas e certidão, 1674. Papéis Avulsos, Cx. 01. doc.9.

CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao príncipe regente D. Pedro, sobre a carta do capitão-mor da Paraíba, Alexandre de Sousa e Azevedo, acerca da ruína da Fortaleza do Cabedelo, 1680. Papéis Avulsos, Cx. 2, doc. 109.



Referências:

ARAÚJO, Maiara Silva. Perfil dos colonos que ingressaram na administração militar da capitania do rio grande (séculos XVII, XVIII E XIX). In.: VII Colóquio Nacional História Cultural e Sensibilidades, Caicó, 2017. **Anais...** Caicó: UFRN, 2017. p. 420-431.

ALENCAR, Júlio César Vieira de. **Para que enfim se colonizem estes sertões: a Câmara de Natal e a Guerra dos Bárbaros (1681-1722)**. 2017. 243f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

BOXER, Charles R. **O império marítimo português (1415-1825)**. Anna Olga de Barros Barreto (trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BARBOSA, Livia Brenda da Silva. **Das ribeiras o tesouro, da receita o sustento: a administração da Provedoria da Fazenda Real do Rio Grande (1606-1723)**. 2017. 227 f. Dissertação (mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

BATISTA, Adriel Fontenele. **O sumário das Armadas: Guerras, missões e estratégias de discurso da conquista do Rio Paraíba**. Natal: EDUFRN, 2013.

CARRARA, Angelo Alves. **Receitas e despesas da Real Fazenda no Brasil, século XVII**. Juiz de Fora: UFJF, 2009.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Fundação José Augusto, 1984.

CAVALCANTI, Helaine de Moura. **Do Flamengo ao Bárbaro: o processo de Restauração da capitania do Rio Grande**. In: CAETANO, Antônio Filipe Pereira. **Conflitos, Revoltas e Insurreições na América Portuguesa**. Volume I. Alagoas: EDUFAL, 2011. p. 41-54.

FONSECA, Marcos Arthur Viana da. **Sob a sombra dos governadores de Pernambuco? Jurisdição e administração dos Capitães-mores da Capitania do Rio Grande (1701-1750)**. 2018, 194 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

GALVÃO, Hélio. **História da Fortaleza da Barra do Rio Grande**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1979.

GOMES, José Eudes. **Milícias D'El Rey: as tropas militares e poder no Ceará setecentista**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

LEMOS, Vicente de. **Capitães-mores e Governadores do Rio Grande**. Volume I. Rio de Janeiro. 1912.



LEMOS, Vicente de; MEDEIROS, Tarcísio. **Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte**. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1980. v. 2.

LYRA, Augusto Tavares de. **História do Rio Grande do Norte**. 3. ed. Natal: EDUFRN, 2008.

LOPES, Fátima Martins. **Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte**. Mossoró: Fundação Vingt-um Rosado, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 2003.

LOUREIRO, Marcelo. “EM MISERÁVEL ESTADO”: Portugal, as guerras de restauração e o governo do Império (1640-1654). In.: POSSAMAI, Paulo. **Conquistar e defender: Portugal, países baixos e Brasil: estudos de História Militar na era moderna**. São Leopoldo: Oikos, 2012. p. 198.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Aconteceu na Capitania do Rio Grande**. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 1997.

MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. O Rio de Janeiro: uma praça desfalcada “dos melhores soldados e oficiais” (séculos XVII-XVIII). **História**, São Paulo, v.31, n. 1. p. 210-232, jan-jun. 2012.

MELLO, Evaldo Cabral. **Olinda restaurada: Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1645**. São Paulo: Ed. 34, 2007.

OLIVEIRA, Leonardo Paiva de. **Capitães-mores das Capitânicas do Norte: Perfis, trajetórias e hierarquias espaciais no Rio Grande e Ceará (1656-1755)**. 2018, 166 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

SANTOS, Marília Nogueira dos. **A escrita do Império: notas para uma reflexão sobre o papel da correspondência no Império português do século XVII**. In.: SOUZA, Laura de Mello e; BICALHO, Maria Fernanda; FURTADO, Júnia F. (Orgs.). **O Governo dos povos**. São Paulo: Alameda, 2009.

SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. **O Miserável soldo e a boa ordem da sociedade colonial: História de homens, militarização e marginalidade na Capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2001.